



Esboços: Histórias em Contextos Globais

ISSN: 2175-7976

Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil

Rizzo, Aline Duarte da Graça
HISTÓRIA GLOBAL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA AGENDA DE PESQUISA
Esboços: Histórias em Contextos Globais, vol. 28, núm. 48, 2021, Maio-Agosto, pp. 290-307
Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e78115>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=594073154003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org


Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



HISTÓRIA GLOBAL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA AGENDA DE PESQUISA

Global History and South-South Cooperation: a research agenda

Aline Duarte da Graça Rizzo^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5480-0914>

E-mail: aline.rizzo@ipea.gov.br

^a Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOSSIÊ
Internacionalismo e história global

RESUMO

A História Global é uma abordagem que nasce da necessidade de compreender o mundo em franco processo de globalização marcadamente na virada do século XX para o XXI e apresenta uma proposta que visa combater dois principais problemas centrais recorrentes na historiografia moderna: o estadocentrismo e o eurocentrismo. Fenômenos transfronteiriços como os grandes fluxos migratórios e internacionalização da produção industrial, dentre outros, exigem um exercício de pensar os processos históricos para além da figura do estado nacional weberiano bem como compreender o cenário internacional contemporâneo onde a predominância europeia na economia, política ou cultura, é altamente questionada. Este trabalho propõe uma aproximação da História Global à disciplina das Relações Internacionais para a análise de um dos fenômenos globais mais relevantes do século XXI: a cooperação Sul-Sul. Para tal, a tipologia dos 4Cs (Contextualizar, Conceitualizar, Comparar e Conectar) elaborada por Diego Olstein (2015) é aqui proposta como um caminho possível para pensar a cooperação Sul-Sul a partir da História Global.

PALAVRAS-CHAVE

História Global. Relações Internacionais. Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

Global History is an approach that emerges from the need to understand the world in a process of globalization markedly at the turn of the 20th to the 21st century. Global History aims to combat two core issues in modern historiography: state centrism and eurocentrism. Cross-border phenomena such as large migratory flows and the internationalization of industrial production, among others, require an analysis focused on the multiple actors, beyond the Weberian national state subject, as well as an understanding of the contemporary international scenario where European predominance in economics, politics or culture is highly questioned. This work presents the connection between Global History and International Relations to exam one of the most relevant global phenomena in 21st century: South-South Cooperation. For that propose, the 4C typology (Contextualize, Conceptualize, Compare and Connect), developed by Diego Olstein (2015), is presented here as a possible way to think of South-South Cooperation from a Global History perspective.

KEYWORDS

Global History. International Relations. South-South Cooperation.

A História Global é uma abordagem que nasce da necessidade de compreender o mundo em franco processo de globalização marcadamente na virada do século XX para o XXI e apresenta uma proposta que visa combater dois principais problemas centrais recorrentes na historiografia moderna: o estadocentrismo e o eurocentrismo. Fenômenos transfronteiriços como os grandes fluxos migratórios e internacionalização da produção industrial, dentre outros, exigem um exercício de pensar os processos históricos para além da figura do Estado nacional bem como compreender o cenário internacional contemporâneo onde a predominância estadunidense-europeia na economia, política ou cultura, é altamente questionada. A abordagem global não se limita, porém, a fenômenos contemporâneos, sendo seu uso altamente profícuo para o exame de processos globais em qualquer período histórico tendo em mente o combate ao estado e eurocentrismos metodológicos. Desse modo, a História Global pode trazer grandes contribuições para o estudo de movimentos internacionais.

Este trabalho propõe uma aproximação da História Global à disciplina das Relações Internacionais para a análise de um dos fenômenos globais mais relevantes do século XXI: a cooperação Sul-Sul. A aproximação dos dois campos se faz fundamental tendo em vista os avanços conceituais em ambas disciplinas para explicar fenômenos transfronteiriços que, por sua vez, exigem abordagens cada vez mais interdisciplinar. É importante destacar a relevância desse movimento de aproximação a partir de uma perspectiva brasileira, o que possibilita um olhar fundamentado na experiência do e para o Sul Global. Para tal, a tipologia dos 4Cs (Contextualizar, Conceitualizar, Comparar e Conectar) elaborada por Diego Olstein (2015) é aqui proposta como um caminho possível, uma abordagem e ferramenta metodológica para se pensar a cooperação Sul-Sul (CSS) a partir da História Global.

Além da introdução e conclusão, este artigo divide-se em três seções, a saber: *História Global e as Relações Internacionais*, onde são debatidos os principais pressupostos da História Global, como o seu surgimento reverberou na disciplina das Relações Internacionais, e quais os caminhos de aproximação entre a abordagem global e o campo disciplinar; *O que é a cooperação Sul-Sul?* discorre sobre o contexto de surgimento desse movimento internacional, seu ápice no início do século XXI e suas principais premissas; por fim, a seção *Caminhos possíveis para uma abordagem global da cooperação Sul-Sul* sugere a utilização da tipologia proposta por Olstein (2015) como um ferramenta útil e necessária para a compreensão da cooperação Sul-Sul a partir da História Global.

HISTÓRIA GLOBAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O contexto pós-Guerra Fria, na virada do século XX para o XXI, é caracterizado pelo cenário internacional cada vez mais multifacetado, plural e heterogêneo. Fenômenos transnacionais foram impulsionados, tais como a internacionalização de cadeias produtivas; formação de blocos e fortalecimento de instituições internacionais; surgimento de pautas supranacionais como os fluxos migratórios e agenda ambiental; e a popularização da rede mundial de computadores. Esse cenário é marcado pela tendência à multipolaridade tendo como pano de fundo eventos históricos como o desmantelamento da União Soviética e os processos de descolonização na África e na Ásia, que ensejaram a emergência de novos atores e a reivindicação por maior agência na governança global.



No início da década de 1980, no contexto de tais profundas transformações, observou-se, notadamente nos EUA, o surgimento de uma historiografia preocupada com questões de ordem global propondo assim a então chamada *World History* (História Mundo), ou *Global History* (História Global): uma perspectiva que parte de um olhar global e interconectado para analisar fenômenos ao longo da história. Embora seja um campo ainda bastante recente, que suscita inúmeros debates e abarca diversas correntes, podemos destacar duas características comuns entre elas e consideradas vitais na História Global: a crítica ao Estado-Nação como unidade de análise central na História; e a crítica ao Eurocentrismo, que marca a historiografia tradicional.

Nesse sentido, a História Global representaria um “*spatial turn*” (virada espacial), segundo Schulz-Forberg (2013), se afastando do comparativismo baseado no nacionalismo metodológico e consequentemente apresentando uma História para além da narrativa europeia, uma História em “*partes iguais*” (BERTRAND, 2011 *apud* BOUCHERON; DELALANDE, 2015). Nesse campo destaca-se a grande influência de autores que propõem uma historiografia mais globalizada incluindo novas narrativas, olhares e atores que sempre estiveram à margem da historiografia tradicional, como é o caso de Sanjay Subrahmanyam (1997), um dos precursores da “História Conectada” que busca conectar fontes e narrativas históricas para além do eixo europeu. O autor se debruça sobre o contexto colonial dos séculos XVI e XVII, evidenciando o potencial de uma História do/para o Sul a partir de conexões históricas de longa duração e, ao mesmo tempo, aponta a necessidade de se enfatizar abordagens transnacionais em recortes do século XIX e XX marcados pela predominância da história nacional. (BOUCHERON; DELALANDE, 2015).

Por sua vez, Sebastian Conrad (2016) propõe um importante esforço de delimitação e definição dessa nova tendência historiográfica. Sob o título *What is Global History?* (O que é a História Global?), o autor aponta que as ciências sociais modernas não são mais capazes de fomentar perguntas e oferecer respostas adequadas para a realidade contemporânea globalizada, forjada em uma infinidade de conexões e intercâmbios. Ele, com isso, aponta as críticas centrais também forjadas dentre os pesquisadores da História Global, críticas essas referidas ao Estado-Nacional Weberiano e ao eurocentrismo; e apresenta seus questionamentos fundamentais indicando o que a difere dentre outras abordagens:

Uma abordagem entre várias, mais apropriada para lidar com algumas questões e menos apropriada para outras. Suas preocupações centrais são a mobilidade, intercâmbio, processos que transcendem as fronteiras. Toma o mundo interconectado como ponto de partida, e a circulação e intercâmbio de coisas, pessoas, ideias e instituições estão entre seus temas chave. (CONRAD, 2016, p. 5, tradução nossa).¹

O Estado nessa abordagem é então deslocado do centro, questionado enquanto elemento dado e essencializado. Nesse sentido, transpor as barreiras do Estado

¹ No original: “It is one approach among many, and it is better suited to addressing some questions and issues and less appropriate for addressing others. Its core concerns are with mobility and exchange, with processes that transcend borders and boundaries. It takes the interconnected world as its point of departure, and the circulation and exchange of things, people, ideas, and institutions are among its key subjects”.

na História Global não é apenas uma questão de escala, mas sim uma abordagem relacional (CONRAD, 2016; GRUZINSKI, 2016).

Cabe ressaltar que, nesse ponto em particular, Conrad (2016) chama a atenção para o fato de que transpor as barreiras do nacional a partir de uma perspectiva global não significa anular a figura do Estado enquanto ator: “Isso também quer dizer que a maior parte das abordagens da história global não objetiva substituir o paradigma da história nacional por uma totalidade abstrata chamada ‘mundo’” (CONRAD, 2016, p. 12, tradução nossa).²

Essa percepção vai ao encontro do que aponta Hobsbawm (2007) para quem a questão do Estado no mundo globalizado não deixa de ter relevância, mas a população e outros atores ganham mais espaço de ação. Fenômenos transfronteiriços afetam as definições estabelecidas sobre nação e nacionalismo tais como fluxos financeiros; discussão sobre consensos globais; intercâmbio de expertise, políticas públicas e recursos humanos; atuação de agências multilaterais; atores privados e organizações não-governamentais (ONGs); afetando diretamente milhões de pessoas (HOBBSAWM, 2007, p. 97).

Portanto, é necessário ressignificar e propor novas reflexões sobre o papel do Estado enquanto objeto central, bem como os seus limites de agência, conexões possíveis em sua constituição e ação. É certo que a História Global pretende ir além do comparativismo e também da simples análise de eventos de ordem global, como aponta Gruzinski (2016) ao discorrer sobre o trabalho de Conrad (2016):

Para Conrad, “global” significa muito mais que simplesmente ampliar a escala. O mundo global é um mundo conectado, o que quer dizer que as unidades ou objetos da história não podem ser visto de forma isolada. História Global não significa apenas mobilidade, interações e conexões, mas também mecanismos através dos quais o mundo se tornou globalizado. (GRUZINSKI, 2016, p. 3, tradução nossa).³

Ao mesmo tempo, a emergência de vozes historicamente marginalizadas contesta o Eurocentrismo ao longo da História. Os Estudos Subalternos na Índia, a Filosofia Africana contemporânea bem como a Teoria da Dependência são alguns dos principais exemplos de produção do conhecimento fora do eixo europeu durante o século XX. (SACHSENMAIER, 2007). A Conferência de Bandung em 1955 e o movimento dos não-alinhados marca a reflexão, notadamente política, de contestação a partir dos países periféricos no contexto polarizado da Guerra Fria.

Já a primeira década dos anos 2000 é marcada pela emergência de Estados que mudaram seu status, de “países pobres” (ou países subdesenvolvidos) para países em desenvolvimento ou emergentes, graças ao crescimento de seu poder político e econômico no âmbito da governança global (IKENBERRY; WRIGHT, 2008).

² No original: “This also means that most global history approaches do not attempt to replace the established paradigm of national history with an abstract totality called ‘world’”.

³ No original: “To Conrad, “global” means much more than simply widening the scale. A global world is a connected world, which means that the units or subjects of history can no longer be viewed in splendid isolation. Global history not only means mobility, interactions, and connections, but also mechanisms of how the world became globalized”.

O importante crescimento das economias periféricas esteve imbuído de grande contestação simbólica e impulsionou novas questões relacionadas aos padrões de desenvolvimento e a necessidade de reordenamento do sistema internacional. Esse período foi então caracterizado pelo fortalecimento do que se passou a denominar de Sul Global, uma denominação geopolítica que inclui países da África, Ásia e Américas (SANTOS, 2009; MAWDSLEY, 2012). Tais regiões passam a exercer papel relevante não só como objetos de estudo, mas sobretudo como centros produtores de conhecimento.

Em artigo publicado em 2007 intitulado *World History as Ecumenical History?*, Dominic Sachsenmaier aponta que para tornar as narrativas históricas mais pluralistas é necessário que a comunidade de historiadores se mova em diferentes estruturas internacionais de cooperação acadêmica, apontando assim para o fato de que as mais recentes pesquisas sob o marco da História Global não estão confinadas nos países ocidentais (Europa e EUA), mas trabalhos produzidos, por exemplo, na Ásia Oriental, debatem paradigmas e marcos metodológicos.

Seu artigo tem por objetivo central evidenciar que a historiografia tradicionalmente é eurocentrada em suas abordagens e teorias, em seus objetos de análise e métodos. Porém, mais que a produção em si, o autor aponta que o eurocentrismo está na própria estrutura de produção acadêmica, seus referenciais bibliográficos, centros de estudos e pesquisa. Nesse sentido, o termo “eurocentrismo” deve ser compreendido de forma mais ampla do que a empregamos comumente:

As trajetórias de vários intelectuais acadêmicos sugerem padrões e ritmos na disseminação global da teorização acadêmica que são muito mais complexas do que o termo “Eurocentrismo” possa adequadamente expressar. (SACHSENMAIER, 2007, p. 466, tradução nossa).⁴

Desse modo, o autor propõe como caminho possível a História Global como uma “história ecumênica”, que precisa ir além de analisar o passado a partir de uma perspectiva global, mas sim mobilizar estruturas de cooperação acadêmica globais, transformando estruturalmente a produção historiográfica. Apresenta já alguns movimentos nesse sentido, especialmente na Ásia, que evidenciam mais que um olhar global da História, um processo de transnacionalização da historiografia, que apesar de crescente, ainda é limitado.

Diante desse cenário, também surgem questionamentos no campo disciplinar das Relações Internacionais (RIs) quanto à necessidade urgente de um olhar global sobre temáticas tradicionalmente analisadas sob o prisma do estado-centrismo e eurocentrismo. Assim, Amitav Acharya (2017) propõe uma abordagem global das Relações Internacionais definida da seguinte forma:

A ideia de uma abordagem global das Relações Internacionais desafia a negligência e marginalização das Relações Internacionais tradicionais no que tange às vozes e experiências do mundo

⁴ No original: The trajectories of many intellectual schools suggest patterns and rhythms in the global dissemination of academic theorizing that are far more complex than the term “Eurocentrism” can adequately express.

não ocidental ou Sul Global. O principal objetivo da abordagem global das Relações Internacionais é “incluir o resto”. Isso requer maior participação de estudiosos do Sul Global na disciplina e a ampliação da forma como as Relações Internacionais são ensinadas e escritas nos dominantes centro de conhecimento do ocidente. (ACHARYA, 2017, p. 76, tradução nossa).⁵

O autor aponta, portanto, seis dimensões para uma abordagem global das Relações Internacionais: 1: Necessidade de substituir o “universalismo particularista”, originado do iluminismo europeu, por um “universalismo pluralista”. 2: Importância de analisar fenômenos e experiências a partir de uma história global e não unicamente ocidental, o que significa dizer que instituições, pessoas e valores, além das tradições ocidentais, podem dialogar entre si trazendo à baila conexões transfronteiriças 3: Ir além da hegemonia estadunidense (embora o autor não aprofunde na crítica sobre as possibilidades de adaptação das teorias tradicionais das Relações Internacionais, fortemente marcada pela produção estadunidense). 4: O poder do regionalismo não como uma antítese do universalismo, mas como um recorte legítimo para se questionar o centro e apresentar variadas formas de interações entre pessoas e instituições. 5: A abordagem global das Relações Internacionais não pode ser baseada no excepcionalismo e paroquialismo, que são baseados na ideia de superioridade e homogeneidade. Embora se reconheça que nacionalismos e identidades nacionais são uma força política duradoura, a abordagem global pode contribuir para iniciativas estimulantes que preservam a conexão internacional como fonte de novas visões sobre formações nacionais e transnacionais. 6: Finalmente, a última dimensão leva em conta não apenas uma concepção mais ampla de agência, mas também várias formas de agência negligenciadas pela pesquisa estatal e eurocêntrica. (ACHARYA, 2017, p. 80).

Em recente trabalho publicado em 2019, sob o título *The Making of Global International Relations: origins and evolution of IR (International Relations) and its centenary*, Armitav Acharya e Barry Buzan (2019) mais que apontar as possibilidades de uma abordagem global das Relações Internacionais, indicam a necessidade de repensar a disciplina e refazer suas estruturas a partir de uma perspectiva global. Os autores chegam a essa conclusão após uma análise histórica do campo ao longo dos seus cem anos e apontam ainda que é necessário dar devido espaço às vozes, ideias e práticas de atores que foram ao longo do tempo negligenciados na literatura do campo disciplinar, mas que para isso é preciso que os próprios centros tradicionais ocidentais participem dessa mudança, como já apontava Acharya em 2017.

A partir dessa leitura é possível traçar três elementos que convergem para uma agenda comum das Relações Internacionais com a História Global: 1 – maior valor destinado aos atores e processos, aprofundando a compreensão das relações intra e inter-regionais; 2 – a crítica consciente do estadocentrismo e eurocentrismo como princípios de ordenação necessários em teoria e metodologia; e 3 – a percepção de que um olhar ‘global’ para fenômenos internacionais não significa uma nova

⁵ No original: “The idea of a global IR challenges traditional IR’s neglect and marginalisation of the voices and experiences of the non-Western world, or the Global South. The principal aim of global IR is to ‘bring the Rest in’. It calls for greater participation from scholars from the Global South in the IR discipline and the broadening of the way IR is taught and written in the dominant centres of knowledge in the West”.

abordagem universal para questões globais, mas sim a busca por interconectividade que transponha as fronteiras e barreiras estabelecidas pelas abordagens tradicionais. (GONDAR; RIZZO, 2019). Desse modo, há grandes possibilidades de estabelecer uma agenda de pesquisa comum entre História e Relações Internacionais na qual um conjunto de fenômenos, não exclusivamente, mas especialmente no cenário global contemporâneo, possa ser estudado.

Para Dominic Sachsenmaier (2007), as agendas de pesquisa variadas podem ser abordadas através de lentes além das fronteiras tradicionais, através de novas configurações espaciais e do entrelaçamento de História e outras ciências sociais, incluindo as Relações Internacionais. Temas como diásporas, estudos sobre minorias e migração; histórias de mercadorias (como sal, açúcar e algodão) podem ser analisadas a partir de novas noções de espaço e de globalização em si. A Cooperação Sul-Sul se insere exatamente nesse contexto.

O QUE É A COOPERAÇÃO SUL-SUL?

As visões políticas que sustentam as práticas de cooperação internacional remontam ao contexto histórico anterior a 1945, vide a ajuda humanitária promovida pelos EUA e os projetos de assistência técnica oferecida pelas potências europeias às suas colônias. Contudo, é a partir de 1945, com o fim da II Guerra Mundial que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) se institucionaliza por meio de práticas, normas, discursos e agendas. (MILANI, 2014b). São considerados marcos históricos da CID o Plano Marshall e os processos de descolonização da África e da Ásia no contexto pós II Guerra Mundial.

O Plano Marshall representou o projeto de reconstrução da Europa financiado pelos EUA, no imediato pós II Guerra Mundial, com vistas a recuperar as bases do capitalismo europeu. É, portanto, estabelecido o vínculo entre a CID e o desenho de uma nova arquitetura multilateral: “O ingresso de dezenas de novos Estados nas Nações Unidas, a partir da descolonização, marcou um giro nos debates da organização mundial. Foi introduzida uma agenda multilateral ao tema do desenvolvimento” (HIRST; ANTONINI, 2009, p. 14).

Segundo Milani (2014a), firmou-se uma divisão de trabalho clara entre as agências bilaterais, responsáveis pela ajuda orçamentária e assistência técnica, e as agências multilaterais que deveriam apoiar e gerir a implementação dos projetos. A agenda era então caracterizada, do ponto de vista ideológico pelos três Ds: direitos humanos, descolonização e desenvolvimento. Esses três pilares faziam um contraponto ocidental aos ideários comunistas, sendo a Organização das Nações Unidas (ONU) um ator fundamental para a “legitimação política e multilateral da CID” (MILANI, 2014a, p. 34). Vinte anos após o Plano Marshall os EUA não seriam mais os únicos a ocuparem espaço político na CID (MILANI, 2014a), mas se destacam Alemanha, Japão e os países Nórdicos (HIRST; ANTONINI, 2009). A cooperação promovida pelos Estados é então denominada Ajuda Oficial ao Desenvolvimento – ODA (Official Development Assistance).

O processo de descolonização na África e na Ásia impactou profundamente o mapa político global considerando o surgimento de novos Estados reconhecidos internacionalmente após suas independências. O número de Estados quintuplicou na Ásia, e teve aumento significativo na África. Além disso, tais regiões (incluindo

a América Latina que teve seus processos de independência no século XIX, mas que compartilha com a Ásia e a África os desafios das suas ex-colônias), teve notável crescimento demográfico o que trouxe inúmeros desafios no que tange ao desenvolvimento. Tais países rapidamente foram agrupados no que se convencionou a chamar de “Terceiro Mundo”, uma espécie de terceira via para além dos blocos capitalista e socialista em plena Guerra Fria.

A Conferência de Bandung em 1955 na Indonésia marcou tal posição terceiro-mundista fundando o que ficou conhecido como Movimento dos Não-Alinhados. Cabe, porém, ressaltar que embora a proposta do movimento fosse apresentar uma “terceira via”, seus líderes Jawaharlal Nehru da Índia, Sukarno da Indonésia, Gamal Abdel Nasser do Egito e Tito da Iugoslávia (dissidente comunista), eram reconhecidamente adeptos dos ideais socialistas (HOBBSAWN, 1994). Apesar do fato de que alguns projetos de integração tenham sido frustrados e as diferenças entre os próprios atores do Terceiro Mundo tenham sido evidentes, como o conflito entre China e Índia em 1962, o discurso de solidariedade terceiro-mundista ganhou grande força.

A Conferência de Bandung é também conhecida como o marco histórico da cooperação Sul-Sul, um fenômeno global que envolve diversos atores como organismos internacionais, organizações não governamentais, empresas, além de entidades nacionais e subnacionais e que se insere em um contexto político de emergência do Sul Global. As assimetrias do comércio internacional impulsionaram e organizaram as primeiras demandas do Sul para modificar a agenda de desenvolvimento e dar conteúdo às propostas do Movimento dos Países Não-Alinhados e o Grupo dos 77 (G-77), “foros que se transformaram na caixa de ressonância das aspirações do Terceiro Mundo” (HIRST; ANTONINI, 2009, p. 22).

Com a desintegração da URSS e a queda do socialismo real, o cenário internacional passa por profundas transformações e a arquitetura da CID se adapta às novas configurações do mundo multipolar. Sachin Chaturvedi *et al.* (2012) marcam o início dos anos de 1990 como o período de ascensão inicial dos países emergentes no que tange às suas economias em processo de recuperação da “década perdida”.⁶ Tal processo de ascensão se aprofundou na virada do século XX para o XXI quando se consolidou o conceito de “Potências Emergentes”, aqui entendido como os Estados que tiveram notório crescimento econômico e crescente poder político no âmbito da governança global (IKENBERRY; WRIGHT, 2008).

No início dos anos 2000, portanto, a CSS ganhou novo fôlego com o crescente fluxo de cooperação entre os países em desenvolvimento. Os países que eram tradicionalmente beneficiários da CID passam a se destacar como “doadores” (MAWDSLEY, 2012). No entanto, a narrativa da CSS ante o esquema tradicional de doação Norte-Sul a eleva como uma alternativa mais solidária, horizontalizada e que visaria os benefícios mútuos em uma relação entre “parceiros”, ao invés de “doadores” versus “recipiendários”, na promoção do desenvolvimento (CHATURVEDI *et al.*, 2012).

É importante notar que a CSS não pretende substituir a Cooperação Norte-Sul (CNS), da qual muitos países em desenvolvimento ainda dependem, mas sim se apresentar como uma via complementar. Ao longo dos anos, em diversos fóruns internacionais — Bandung (1975), Buenos Aires (1978), Nairobi (2009), Bogotá

⁶ Como ficou conhecida a década de 1980.

(2010) — foram estabelecidos princípios da CSS que, na teoria, a distingue da cooperação tradicional Norte-Sul tais como: horizontalidade, não-interferência, não-condicionalidade, defesa da propriedade nacional; benefícios mútuos, desenvolvimento de capacidades, orientação por demanda. Porém, em que medida tais princípios se observam na prática? Quais as contribuições da História Global para essa análise?

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UMA ABORDAGEM GLOBAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

No ano de 2018, o renomado historiador Giovani Levi esteve na Universidade Federal do Rio de Janeiro e proferiu uma palestra sobre História Global e Micro-história.⁷ Um ardente crítico das abordagens transnacionais e globais da História, as considera como uma grande ode à globalização o que, segundo ele, seria condenável por desprezar e negligenciar o aprofundamento das desigualdades locais e globais que tal fenômeno traz em seu rastro.

É certo que o processo de globalização das relações econômicas e tecnológicas, acelerado com o fim da Guerra Fria, aprofundou as desigualdades entre países ricos e países pobres bem como no interior desses países. (HOBBSBAWM, 1994, p. 549). Entretanto, a História Global não objetiva ignorar tal fato, muito menos enaltecer a globalização, mas ser um instrumento para se compreender fenômenos de ordem global, o que não exclui a análise sobre as desigualdades presentes nestes. A cooperação Sul-Sul é um excelente exemplo de fenômeno global que carrega um forte discurso de redução de desigualdades no interior dos países e entre países. Como esse discurso se articula nos projetos de cooperação e como é confrontado nessa prática que envolve uma diversidade de atores, para além das relações interestatais, é um importante questionamento.

Nesse sentido, é observada uma tendência em que as potências emergentes buscam legitimar, através da cooperação Sul-Sul, modelos de desenvolvimento que enfatizam a redução da pobreza e que divergem de modelos promovidos pelo Norte nos quais evidenciam soluções baseadas na predominância do livre mercado. Ademais, a cooperação Sul-Sul também se insere em um contexto mais amplo de crítica ao status quo internacional já que o contexto histórico em que se intensifica a cooperação Sul-Sul é fortemente marcado por uma narrativa anticolonial e pressupõe o combate das assimetrias globais entre Norte e Sul, ao mesmo tempo, relações igualitárias nas práticas de cooperação no eixo Sul-Sul.

Ao mesmo tempo que a cooperação Sul-Sul é um fenômeno de contestação do status quo que pretende questionar as assimetrias nas relações internacionais marcadas pelo eurocentrismo, seus projetos particularmente sustentam a narrativa da redução das desigualdades nos países e entre países. Pensar a cooperação Sul-Sul a partir da lógica da desigualdade requer um exercício de reflexão que veja de forma simultânea dinâmicas globais e locais e questione os limites de tais discursos, sobretudo de seus princípios. Em teoria, não seria coerente combater as desigualdades

⁷ Palestra *Global History e Microstoria* realizada na Sala Werneck (205) do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no dia 25 de junho de 2018, às 15 horas.

entre o Norte e o Sul e, ao mesmo tempo, reproduzir hierarquias nas relações Sul-Sul. Por essa razão, a horizontalidade é um dos princípios fundamentais da CSS que propõe trocas simétricas e horizontais nas práticas de cooperação entre atores que compartilham desafios comuns no campo do desenvolvimento.

Defende-se aqui que História Global é uma ferramenta útil para esse exercício pois, em primeiro lugar, propõe uma reflexão sobre a questão do Estado no mundo globalizado. Isso não quer dizer anulá-lo, mas compreendê-lo como parte de um conjunto de relações e conexões mais complexas. A literatura sobre cooperação Sul-Sul enfoca largamente na análise das relações estatais e nas questões de política externa entre os países envolvidos na cooperação, porém, é necessário ampliar a análise propondo leituras que alcancem instituições (não somente públicas, como privadas) e indivíduos. Ou seja, uma visão global.

Em segundo lugar, a cooperação Sul-Sul é ela mesma um instrumento de crítica ao eurocentrismo, como se evidencia pelo seu próprio marco fundador, a Conferência de Bandung. Desse modo, como propôs Acharya (2017), pensar o regional, neste caso o Sul, é um recorte legítimo para se questionar o centro e apresentar variadas formas de interações entre pessoas e instituições. Porém, o crescimento econômico das potências emergentes na virada do século XX para o XXI possibilitou que tais países oferecessem mais cooperação do que recebiam (MAWDSLEY 2012), mas também acelerou as divergências de interesses entre os países do Sul, entre as potências emergentes e seus pares menores e mais pobres (CHATURVEDI *et al.*, 2012). Embora o discurso da CSS proponha relações igualitária, o Sul não é um grupo homogêneo e muito menos os países que o compõem estão em mesmo patamar em termos de poder político e econômico.

Diante dessas reflexões, defende-se aqui que a proposta de Diego Olstein (2015) para uma abordagem global da História pode contribuir largamente para os estudos da cooperação Sul-Sul. Em seu livro *Thinking History Globally*, apresenta uma tipologia como ferramenta para a análise de eventos históricos a partir de uma abordagem global. Olstein define quatro principais movimentos, os 4C's: Contextualizar, Conceitualizar, Comparar e Conectar.

Contextualizar

O exercício inicial é a Contextualização. A cooperação Sul-Sul, como visto nas seções anteriores, é um fenômeno global e que ganha forte impulso com o aprofundamento dos processos de globalização ao fim da Guerra Fria e a primeira década do século XXI. É preciso que toda e qualquer análise de tal fenômeno compreenda esse contexto histórico e principalmente como as dinâmicas em níveis locais e globais estão interconectadas nas práticas de cooperação. Segundo Olstein, “a História Global adota o mundo interconectado criado por processos de globalização como sua maior unidade de análise provendo um contexto final para a análise de qualquer entidade histórica, fenômeno ou processo.” (OLSTEIN, 2015, p. 24).

Ainda é necessário perceber dinâmicas domésticas que permitiram que países como o Brasil, Índia, Turquia, China e África do Sul se engajassem no cenário das políticas de desenvolvimento internacional como promotores de cooperação. Em nível global, o fortalecimento da economia desses países na virada do século XXI o fizeram galgar o posto de economia emergentes, e em nível doméstico cada caso tem

suas peculiaridades e contextos históricos em que suas respectivas políticas externas se consolidaram. Do mesmo modo, países que recebem os projetos e programas também se inserem em contextos globais e locais que possibilitaram que tornassem atores de cooperação. O caso do Brasil pode servir de exemplo. Tradicionalmente o Brasil foi em larga medida receptor de cooperação internacional. Alguns movimentos de atuação do país como promotor foram observados nas décadas de 1960 e 1970. Mas é na primeira década dos anos 2000 que o Brasil se destaca como um dos principais países provedores de cooperação no eixo Sul-Sul, embora permanecesse também como receptor. A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva marcou esse grande impulso da cooperação Sul-Sul brasileira que se tornou uma forte estratégia de política externa. Um grande entusiasta da CSS, Lula reforçou a narrativa Sul-Sul, sobretudo com os países do continente africano, com quem o Brasil teria uma dívida histórica devido ao seu passado escravocrata.

Conceitualizar

Mais que registrar os eventos históricos, a historiografia contemporânea, de um modo geral, pressupõe reflexões conceituais sobre processos, contextos e mentalidades. No caso da História Global, como apontado anteriormente, conceitos como etnocentrismo e estado-centrismo estão no cerne da abordagem e, indo mais a fundo, ideias como fluxo, conexões, circularidade são muito presentes. No caso da cooperação Sul-Sul é preciso compreender primeiramente o conceito de Sul Global e sua natureza, o que também já foi apresentado inicialmente. Em segundo movimento é necessário entender esse perfil de cooperação como uma confluência de encontros e conexão de múltiplos atores e práticas, sejam eles institucionais ou indivíduos, em dinâmicas locais e globais ou ainda “glocais”:

Os movimentos de globalização são formas de glocalização. Traduções e adaptações locais de estruturas, instituições ou ideias globais (adaptado ao contexto das línguas locais e das relações institucionais) juntamente com um redesenho de conexões de longa data entre os mundos está entre os mais férteis aspectos do que a análise da história global tem a oferecer (CONRAD; ECKERT, 2007 *apud* GONDAR; RIZZO, 2019, p. 248).

Ademais, um profícuo exercício de conceitualização da CSS é pensar seus princípios norteadores acordados em diversos fóruns mundiais⁸ tais como: *horizontalidade, não-interferência, não-condicionalidade, defesa da propriedade nacional; benefícios mútuos, desenvolvimento de capacidades, orientação por demanda*. Esses princípios visam garantir relações de cooperação horizontais, ou seja, “entre iguais”; autônomas e de promoção do bem-estar social. Esses conceitos fundamentaram a narrativa da CSS e precisam ser questionados a partir das experiências concretas das práticas de cooperação e não apenas a partir da lógica da narrativa estatal e das relações bilaterais, mas também da percepção dos indivíduos

⁸ Bandung (1975); Buenos Aires (1978); Nairobi (2009); Bogotá (2010).

beneficiários diretos dos projetos, ou seja, os alunos de um curso profissionalizante; pacientes de um hospital que tenha sido beneficiado; populações rurais que recebem projetos de agricultura, etc.

Enquanto a cooperação Sul-Sul por si só é um movimento de contestação da predominância eurocêntrica nas políticas internacionais de desenvolvimento, ao mesmo tempo, o Sul Global não é um bloco uníssono, há assimetrias de ordem política, social e econômica, e as práticas verticalizadas da cooperação Norte-Sul podem fatalmente ser replicadas. Nesse sentido, analisar tais princípios, sobretudo o da *horizontalidade* permite verificar os limites dessas relações que se pretendem igualitárias. Portanto, mais do que eucentrismo, pensar a horizontalidade, por exemplo, permite identificar possíveis marcas do etnocentrismo no interior do próprio Sul.

Comparar

Além da contextualização e conceitualização, Olstein propõe a comparação como uma das ferramentas da História Global. A comparação para o autor é um movimento fundamental e ajuda a estabelecer e compreender as conexões observadas em fenômenos globais:

A característica definidora da história comparativa é a transcendência das fronteiras fechadas do estado-nacional para estudar as diferenças e semelhanças que afetam um fenômeno particular, processos, ou instituições presentes em duas ou mais unidades de análise. É a aplicação deliberada e sistemática do método comparativo que torna a história comparativa em subcampo independente do conhecimento e escrita histórica. A comparação como um modo básico de pensamento, porém, é comum a todas as formas de estudo histórico. Todo conhecimento histórico é um conhecimento comparativo (OLSTEIN, 2015, p. 88, tradução nossa).⁹

Por sua vez, Jürgen Kocka (2003), defende ainda que são evidentes os méritos da abordagem comparativa para a História, pois a comparação identifica e estabelece perfis singulares sendo indispensável para o estabelecimento de explicações causais de forma crítica. Para ele a “comparação ainda ajuda a fazer a ‘atmosfera’ da pesquisa histórica menos provincial” (KOCKA, 2003, p. 39) e, ainda, aponta que recentemente as novas abordagens transnacionais desafiam os historiadores comparativos.

A comparação, portanto, ajuda a combater mitos de “excepcionalidade” europeia ou ainda localizar no tempo e no espaço fluxos e conexões simultâneas ou diacrônicas a fim de desmistificar parâmetros tidos como dado. No caso da cooperação Sul-Sul a comparação pode se direcionar a diversos sentidos. É possível comparar as

⁹ No original: The defining character of comparative history is the transcendence of enclosed nation-state boundaries in order to study the commonalities and differences affecting a particular phenomenon, process, or institution present in two or more units of analysis. It is the deliberate and systematic application of the comparative method that turns comparative history into an independent subfield of historical knowledge and writing. Comparison as a basic mode of thought, however, is common to all forms of historical study. All historical knowledge is comparative knowledge.

práticas do Sul às do Norte; comparar dois ou mais casos de cooperação promovida por atores do Sul como Brasil e Índia, por exemplo; ou ainda comparar modalidades e projetos de cooperação como dois ou mais projetos de educação promovidos por um mesmo país. Lembrando sempre de ir além da figura do Estado como unidade central de análise, é possível conduzir estudos comparativos mais complexos em que a cooperação é mais do que a análise estanque de dois países, mas sim ela mesma um objeto multifacetado.

Conectar

Por fim, o exercício da Conexão é um recurso importante pois permite conectar processos, narrativas práticas e percepções por meio da triangulação de fontes documentais, oficiais e não-oficiais, de mídia e de relatos individuais, se afastando de uma abordagem que foca apenas o Estado como agente. A conexão de documentos institucionais e experiências individuais revela aspectos da CSS que se articulam em diferentes níveis contribuindo assim para preencher algumas lacunas que acompanham os estudos acerca desse fenômeno.

Segundo Carlos Milani (2014a), a literatura sobre cooperação internacional, seja CSS ou CNS, tende a negligenciar os beneficiários dos projetos de cooperação privilegiando, principalmente, os atores e processos do país que os promove: “Majoritariamente, a literatura silencia sobremaneira o papel dos atores beneficiários nos processos de cooperação” (MILANI, 2014a, p. 53).

Ademais, além das visões unilaterais, também se observa nas produções acadêmicas sobre a temática a predominância das instituições estatais e não estatais, como principais atores da CSS. Milani (2014a) classifica como beneficiários os atores diretos da administração pública nacional e federal; organismos públicos de entidades subnacionais; organizações não-governamentais; universidades; consultorias; empresas e fundações privadas (MILANI, 2014a, p. 53). É importante destacar, porém, que a grande parte da literatura sobre cooperação Sul-Sul foca no Estado enquanto unidade de análise central sendo recente, e crescente, os estudos sobre a atuação dos atores privados. Esses podem ser instituições com ou sem fins lucrativos, a depender da interpretação (DI BELLA, 2013) e inclui empresas, institutos, ONG’s, instituições filantrópicas. Como esses interesses se articulam e quais seus efeitos nas práticas de cooperação também têm sido alvo de pesquisa e crítica (MAWDLSEY, 2018).

Embora o Milani (2014a) tenha destacado nas pesquisas relacionadas ao tema o silenciamento dos atores beneficiários alvos da cooperação, reforça, por outro lado, o enfoque exaustivo que a literatura especializada dispensa aos atores institucionais, desconsiderando na análise a perspectiva dos indivíduos beneficiários diretos dos projetos. Nesse sentido, Ana Garcia *et al.* (2012) apontam que, em linhas gerais, os estudos sobre a CSS brasileira em países do continente africano, por exemplo, partem de uma perspectiva unilateral e reproduzem uma visão única:

Entre uma visão e outra, muito pouco se sabe sobre a história, a realidade e a vida nesses países da África lusófona. São visões que utilizam “lentes” de quem está fora da realidade local. As diferentes visões sobre “a África” partem da realidade do Brasil, um país “emergente”, que busca ser uma potência reconhecida globalmente e constrói seu projeto de poder tendo na África uma

de suas plataformas de sustentação. Poucos se dão ao trabalho de ir a esses países para sentir, ver, vivenciar e ouvir. Estão assim pouco abertos para escutar os atores locais. Esse, assim, é um traço que conecta essas visões extremas: o pouco espaço que é relegado nessas análises aos atores locais e às particularidades dos contextos político e econômicos analisados. A origem desta lacuna muitas vezes está associada ao desinteresse e à arrogância com os quais se enxerga a realidade africana, e que parte da elite, de intelectuais acadêmicos e dos próprios movimentos sociais (GARCIA *et al.*, 2012, p. 17).

A conexão, portanto, pode ser um caminho para se evitar uma abordagem da cooperação Sul-Sul excludente, etno e estadocêntrica, ao conectar experiências articulando as diversas visões em um exercício de pesquisa “multiarquivo” visando produzir um conhecimento histórico “em partes iguais”.

CONCLUSÃO

Diante da reflexão aqui proposta, é possível concluir que são muitas as contribuições da História Global para a análise da cooperação Sul-Sul enquanto um movimento internacional. O exercício de aproximação entre as disciplinas da História e das Relações Internacionais para uma abordagem global mais que profícuo, é necessário, considerando toda a complexidade das dinâmicas que envolvem tal fenômeno.

O caminho proposto a partir da tipologia de Diego Olstein (2015) é apenas um dos caminhos possíveis. A História Global permite inúmeras possibilidades ao ir além dos “centrismos” metodológicos. Pensar nos fluxos, nas trocas culturais, em processos a partir de uma conexão ampla de fontes, buscando ouvir as “histórias em partes iguais” abre uma porta para novos métodos, registros e formas de fazer História. Ademais, o exercício aqui proposto apontou que a História Global não é uma ode à globalização, ao contrário, é uma ferramenta importante para identificação e análise de processos globais e seus diversos impactos, o que inclui o aprofundamento das desigualdades sejam elas sociais, entre indivíduos, Estados e os mais diversos atores. Combater o eurocentrismo e o etnocentrismo é uma forma de transcender a reprodução de assimetrias nas produções historiográficas e também no campo das Relações Internacionais como foi demonstrado.

Por fim, cabe destacar que o mais recente cenário internacional traz desafios tanto à História Global enquanto abordagem, quanto à cooperação Sul-Sul enquanto fenômeno global. Em primeiro lugar, cabe destacar o preponderante papel da China, não mais como país emergente, mas como potência fazendo frente à liderança hegemônica estadunidense, haja vista a guerra comercial entre ambos e a emblemática empreitada da *Belt and Road* (“Nova Rota da Seda”). Em que medida a China articula na prática e no discurso a lógica Sul-Sul em sua nova configuração? Ademais, o contexto internacional mais recente também aponta uma guinada para o reforço dos nacionalismos e forte crítica aos multilateralismos, bem como o enfraquecimento de dinâmicas e processos globais tais como a cooperação Sul-Sul. Ao mesmo tempo, essa onda também se fez sentir nos próprios estudos da História Global. O professor Jeremy Adelman publicou no início do ano de 2017 o artigo ‘*O que é a História Global agora?*’, onde questiona se a História Global ainda é relevante no atual contexto

histórico. Também esse foi o questionamento de Alexandre Moreli (2017) no texto *Vida (e morte?) da História Global* onde afirma que se a História Global sobreviver à onda nacionalista terá efetivamente se consolidado no campo disciplinar da História. A aposta aqui é que sim, ela sobreviverá, as respostas a essas perguntas estão reservadas, porém, às pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Towards a global IR? In: MCGLINCHEY, Stephen; WALTERS, Rosie; SCHEINPFLUG, Christian (ed.). *International Relations Theory: an E-IR Foundations beginner's textbook*. Bristol: E-International Relations Publishing, 2017. p. 76-83.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. *The Making of Global International Relations: Origins and Evolution of IR at its Centenary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HIRST, Mónica; ANTONINI, Blanca. Pasado y presente de la cooperación Norte-Sur para el desarrollo. In: REPÚBLICA ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Dirección General de Cooperación Internacional. Secretaría de Coordinación y Cooperación Internacional. *Documentos de trabajo sobre Cooperación Sur-Sur*. Buenos Aires, mar. 2009. p. 5-71.

ADELMAN, Jeremy. What is global history now? *Aeon*, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em: 20 maio 2021.

BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma História-Mundo*. São Paulo: Autêntica Editora, 2015.

CHATURVEDI, Sachin; FÜES, Tomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth. *Development cooperation and emerging donors: new partners or old patterns?* Londres: ZED Books, 2012.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Nova Jersey: Princeton University Press, 2016.

DI BELLA, José. *et al. The Private Sector and development: key concepts*. Ottawa: The North-South Institute, 2013.

GARCIA, Ana *et al. A História Contada pela Caça ou pelo Caçador?* Perspectiva sobre o Brasil em Angola e Moçambique. São Paulo: PACS, 2012.

GONDAR, Anelise; RIZZO, Aline. Global History and International Relations: possible disciplinary encounters and an initial review of contributions from Latin American research. *Carta Internacional*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 243-264, 2019.



GRUZINSKI, Serge. How To Be a Global Historian? *Public Books*. 2016. Disponível em: <https://www.publicbooks.org/how-to-be-a-global-historian/>. Acesso em: 20 maio 2019.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

IKENBERRY, John; WRIGHT, Thomas. *Rising Powers and Global Institutions*. Nova Iorque: The Century Foundation, 2008.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. *History and Theory*, Middletown, v. 42, p. 39-44, 2003.

MAWDSLEY, Emma. *From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape*. Londres: Zed Books. 2012.

MAWDSLEY, Emma. From billions to trillions: Financing the SDGs in a world 'beyond aid'. *Dialogues in Human Geography*, Londres, v. 8, n. 2, p. 191-195, 2018.

MILANI, Carlos. Organizações Multilaterais de Desenvolvimento. In: SOUZA, André de Mello e. (org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. IPEA, Brasília, 2014a. p. 89-111.

MILANI, Carlos. Evolução Histórica da Cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, André de Mello e (org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. IPEA, Brasília, 2014b. p. 33-56.

MORELLI, Alexandre. Vida (e morte?) da História Global. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 60, p. 5-10, 2017.

OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SACHSENMEIER, Dominic. World History as Ecumenical History? *Journal of World History*, Honolulu, v. 18, n. 4, p. 465-469, 2007.

SCHULZ-FORBERG, Hagen: The spatial and temporal layers of global history: a reflection on global conceptual history through expanding Reinhart Koselleck's Zeitschichten into global spaces. *Historical Social Research*, Köln, v. 38, n. 3, p. 40-58, 2013.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Ear& Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

NOTAS DE AUTOR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Comendador Soares, 26, apt. 501-B, 26255-350, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese “Queremos ser ouvidos e não vociferados: Cooperação Sul-Sul Brasileira em Educação: Os casos da UAB Moçambique e do SENAI em Cabo Verde (2004-2014)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2020.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Discussão dos resultados: D.C.S. Maynard

Revisão e aprovação: D.C.S. Maynard

FINANCIAMENTO

Bolsa de doutorado, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Aline Duarte da Graça Rizzo. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 5 de novembro de 2020

Aprovado em: 31 de março de 2021

Como citar: RIZZO, Aline Duarte da Graça. História Global e a Cooperação Sul-Sul: uma agenda de pesquisa. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 290-307, maio/ago., 2021.

